

ACTIVISMO NA “ACADEMIA SEM PAREDES”: (IM)POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO POLÍTICA EM TEMPOS DE PERFORMATIVIDADE E PRECARIIDADE

Maria do Mar Pereira ¹

London School of Economics and Political Science; GEXcel - University of Örebro;

CEMRI - Universidade Aberta

M.E.Pereira@lse.ac.uk

RESUMO

Temos assistido nos últimos anos a profundas transformações dos modelos de organização e avaliação do trabalho académico em Portugal e no estrangeiro. Essas transformações têm-se traduzido numa progressiva extensificação, elastização e precarização do trabalho científico, e numa crescente institucionalização de regimes de performatividade sustentados por estruturas de medição e auditoria. A interacção entre estas tendências está a ter efeitos significativos não só sobre as condições de trabalho na academia, mas também sobre os nossos projectos e oportunidades de intervenção social e política fora dela. Neste artigo, procuro analisar as possibilidades e impossibilidades de conciliação de trabalho académico e activismo que estão a ser geradas por estas transformações. Argumento que na actual “academia sem paredes” esta conciliação pode ser muito difícil, mas proponho que deixemos de conceptualizar essa dificuldade como um falhanço individual, e a reenquadremos e denunciemos como um problema estrutural que exige – urgentemente – uma resposta colectiva.

KEYWORDS

Activismo, Academia, Performatividade, Precariedade

1. O ACTIVISMO QUE FAZEMOS E NÃO FAZEMOS

Este artigo esteve quase para não ser escrito. Quando fui contactada para contribuir com um texto para o número especial da *LES Online* sobre “Activismo LGBT e Academia: Intersecções, Potencialidades e Conflitos”, o entusiasmo inicial – pela enorme honra do convite, pela inspirada iniciativa editorial de escolher um tema tão relevante – rapidamente deu lugar a um angustiado desalento. Por mais que queira, é impossível escrever um artigo para a revista, pensei, por duas razões aparentemente mundanas mas importantes. Em primeiro lugar, não tenho tempo. Há trabalhos de alunas/os por corrigir, apresentações em conferências a preparar, candidaturas de emprego para entregar, e demasiados artigos para submeter e re-escrever (e se não os despacho, as candidaturas de emprego dificilmente darão frutos; afinal, estamos na era do “publicar ou morrer”, ou *publish or perish*, como dizem em inglês). Em

¹ Estou grata ao Centre of Gender Excellence (GEXcel) da Universidade de Örebro por me ter concedido a bolsa de “Visiting Fellow” que possibilitou a produção deste artigo. Agradeço também à Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo seu apoio financeiro (através da bolsa de doutoramento SFRH/BD/27439/2006) à realização do estudo cujos resultados discuto na segunda parte deste artigo.

segundo lugar, não tenho feito activismo suficiente nos últimos meses para redigir um artigo sobre a relação entre activismo e academia, penso envergonhada. Pedem-me uma reflexão sobre o meu percurso pessoal. É verdade que esse percurso inclui muitas experiências de envolvimento nos movimentos feminista e LGBT, com passagem por várias organizações em Portugal e na Europa e actuação a diversos níveis – trabalho de “grassroots” com crianças e jovens em escolas e em espaços de educação não-formal, participação em manifestações e organização de acções de rua, intervenção nos meios de comunicação social, ou “lobbying” junto de organismos governamentais e supra-nacionais. Mas a maioria destas intervenções aconteceu há demasiado tempo atrás. Quando comecei o doutoramento na LSE em Outubro de 2006, estava confiante de que os quatro anos que aí vinham ofereceriam condições ideais para a continuação do meu activismo – teria flexibilidade na gestão do tempo, receberia uma bolsa que me dava um rendimento confortável e regular, e residiria num país com movimentos feministas e LGBT activos e em franca expansão (Dean, 2010). E no entanto, o inverso aconteceu. Mergulhada num contexto académico em que existe uma fortíssima e crescente pressão para concluir teses rapidamente², e um contínuo e frenético exortar a produzir sempre mais (só assim conseguirão arranjar emprego!, dizem orientadoras/es e colegas), passei a fazer activismo com menos intensidade e frequência. Mesmo na minha prática de ensino, que sempre entendera também como forma de activismo (Alvanoudi, 2009), tinha tido poucas oportunidades para aplicar métodos de trabalho mais experimentais e críticos, já que me era exigido que trabalhasse cada vez com mais alunas/os em menos tempo. Como tal, quando surgiu este convite pareceu-me evidente que eu não merecia integrar o número especial. Não fora organizada, energética ou criativa o suficiente para conseguir manter uma intervenção cívica suficientemente consistente e continuada durante o doutoramento. Falhara na conciliação de activismo e trabalho académico, conciliação essa que, ecoando Ana Cristina Santos (2006: 91), conceptualizo como uma “pedra fundamental” da produção de conhecimento crítico e transformador.

Reflectindo sobre estas questões e discutindo-as com colegas³, tornou-se claro que a falta crónica de tempo e a dificuldade em articular intervenções na academia e movimentos sociais não podem e não devem ser motivo para nos remetermos, resignadas/os e desalentadas/os, ao silêncio. Como argumenta María Puig de la Bellacasa, “many academics, old and young, have increasingly little *time* to invest (...) in [social] movement[s]” (2002: 94, itálico no original) and “these complaints are too frequent to be «personal»” (2002: 92). É, portanto, necessário debater essa experiência, tomando-a como ponto de partida, e objecto de análise, de uma

² As entidades financiadoras no Reino Unido aplicam pesadas sanções pecuniárias às instituições cuja “submission rate” (percentagem de estudantes que completam o doutoramento em menos de quatro anos) é inferior a um dado valor (geralmente 70%) (Park, 2005).

³ As ideias que apresento neste artigo foram inspiradas e enriquecidas pelos debates que têm vindo a ser realizados no seio da rede *GenderAct - Academic Cultures and Transformation in European Gender Studies*, generosamente financiada pela fundação sueca Riksbanken Jubileumsfonds. Conversas com Christina Scharff, Conceição Nogueira, Ana Sofia Neves, Sveva Magaraggia, Liliana Azevedo e Jonathan Dean ajudaram-me a entender melhor os padrões e paradoxos das (im)possibilidades que aqui descrevo; agradeço a todas/es pelos muito perspicazes comentários e encorajador apoio.

discussão aprofundada das actuais reconfigurações da academia em Portugal e no estrangeiro, e dos seus complexos impactos nos nossos projectos e possibilidades de intervenção social e política. Como tal, procuro aqui virar do avesso o convite da equipa editorial da *LES Online*. Em vez de comentar o activismo que *fiz*, discuto o activismo que *não foi possível fazer*. Ao invés de oferecer uma reflexão sobre um percurso *pessoal*, apresento uma análise focada em condições *estruturais*. Proponho neste artigo que deixemos de conceptualizar as nossas experiências de falta de tempo e dificuldade de conciliação como questões de (deficiente) *gestão individual*. Há que reenquadrá-las, e denunciá-las, como sintomas e efeitos de processos de neoliberalização da prática académica, assentes na extensificação e precarização do trabalho científico e na crescente institucionalização de lógicas de performatividade. Estas tendências verificam-se já há mais de uma década em diversos países do mundo e têm vindo a acelerar em Portugal nos últimos anos. Neste cenário local e global de profunda mudança na academia, é urgente visitar velhas certezas sobre as intersecções, potencialidades e conflitos entre academia e activismo, e debater as possibilidades que se abrem e as impossibilidades com que agora nos confrontamos. É para esse debate que espero contribuir com este artigo.

2. ACADEMIA E ACTIVISMO: AS POSSIBILIDADES QUE SE ABREM

Durante muitos anos, investigadoras/es com um envolvimento activo nos mais variados movimentos sociais reportaram que um dos principais obstáculos à manutenção e aprofundamento desse envolvimento era o facto de as suas instituições e colegas entenderem o activismo como uma actividade incompatível com a produção de conhecimento científico rigoroso e credível. A participação em iniciativas de intervenção social e política era vista por muitos/as como uma indesejável transgressão das supostas fronteiras fundamentais entre ciência e política, e entre o mundo social e as/os investigadoras/es que o analisam. A ideia de que essa transgressão produzia uma inaceitável contaminação ou “poluição” (Morley, 1998) da pesquisa era invocada nas mais variadas instâncias para, de forma mais ou menos explícita, deslegitimar o trabalho destas/es investigadoras/es, monitorizar a sua actuação e limitar a sua progressão profissional (ver por exemplo Knopp, 1999; Stanley, 1997; Walsh, 1995).

Actualmente, o envolvimento em movimentos sociais é ainda entendido em diversos contextos académicos em Portugal como um factor que põe em causa o estatuto epistémico⁴ do trabalho de um/a investigador/a, como verifiquei nas entrevistas com investigadora/es em estudos sobre as mulheres, de género e feministas (EMGF) que conduzi em 2009 no âmbito da minha tese de doutoramento (Pereira, 2011). Considere-se, por exemplo, estes excertos de

⁴ Por “estatuto epistémico” entendo o grau, e os termos, em que o conhecimento produzido por uma dada disciplina, pessoa, método, etc. é reconhecido por uma comunidade epistémica como sendo conhecimento válido e relevante. Este foi um conceito que formulei e analisei num projecto de doutoramento sobre a negociação do estatuto epistémico dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas em Portugal (Pereira, 2011).

entrevistas com duas pessoas a exercer funções de docência em diferentes disciplinas e universidades (ambas das ciências sociais).

«Algumas pessoas com quem eu trabalho consideram que ser activista e ser investigador sobre o tema do qual somos activistas, ou mesmo que não seja sobre o tema, não permite a objectividade necessária para fazer investigação. (...) Eu ouvi muitas vezes dizer (...) «ai, tu dizes isso porque és do partido ou associação tal», e não respeitam a nossa posição. (...) Muitas pessoas não se envolvem na militância, pode ser numa associação ou num partido ou o que seja, porque têm receio que lhes seja atirado à cara que têm uma dada posição porque são activistas dessa orientação política ou ideológica. Claro que isso não é tão grave quando se situam nos grupos mais “mainstream”, nos partidos do poder, ou nas áreas do poder, porque aí é mais aceitável e portanto as pessoas têm mais respeito. (...) As reacções ao meu trabalho dentro e fora do meu grupo [de investigação] tinham sempre aquela crítica velada de que eu misturo a investigação com a política e o activismo. (...) O meu trabalho é visto como demasiado contaminado pelo activismo.»

«Há imenso “gossip”, e... é claríssimo que isso existe, é claríssimo. Enquanto o [activismo] que tu fazes não é muito significativo, de facto não ouves muitas coisas. Mas a partir do momento em que tu intervéns demais, i.e., que a coisa tem efeito político, tu já comesças a ouvir (...) críticas à permeabilidade entre ciência e activismo, críticas à ideia de que pessoas como eu estariam a produzir ciência enviesada e a criar uma nova forma de correcção política.»

No entanto, esta repudição institucional do valor académico da intervenção social e política tem vindo gradualmente a assumir contornos diferentes, à medida que se reconfiguram os modelos de organização e avaliação da actividade científica. Na última década registou-se em Portugal e em muitos países estrangeiros uma diminuição do financiamento estatal ao ensino universitário e à investigação científica (Cabrito, 2004; Graça, 2009) acompanhada de um ênfase crescente na necessidade de as instituições demonstrarem que o financiamento que recebem é investido em actividades científicas com utilidade económica, social e política (Bellacasa, 2001; 2002; Santos Pereira, 2004). No Reino Unido, por exemplo, estão em debate propostas para integrar nos parâmetros de avaliação de investigadoras/es e instituições o nível de “impacto” do seu trabalho na “economia, sociedade, políticas públicas, cultura e qualidade de vida” (REF, 2011). Em Portugal, são cada vez mais acentuadas e generalizadas as pressões para as/os investigadoras/es dinamizarem actividades de “extensão universitária” e “responsabilidade social”.

Esta institucionalização do “impacto” e da ligação ao mundo extra-universitário como critérios de qualidade científica tem sido denunciada como uma mudança que pode levar a um desinvestimento em investigação crítica, já que os impactos desta costumam ser mais difíceis de contabilizar e os seus resultados tendem a não ser tão imediatamente traduzíveis em produtos concretos, como patentes (Atwood, 2010; McKibbin, 2010). Mas estas reorientações

podem também criar aberturas e oportunidades para as/os investigadoras/es que procuram articular trabalho académico com activismo. Se as nossas formas de intervenção forem entendidas como actividades que promovem a visibilidade mediática, social e política da instituição e/ou reforçam os níveis de impacto da sua produção científica, e assim geram avaliações mais favoráveis e mais recursos financeiros, haverá tendencialmente menos resistência a esse activismo por parte de colegas e administrações. Algumas das pessoas que entrevistei para o meu projecto de doutoramento reportaram que nos seus centros e universidades se estão já a verificar mudanças nesse sentido. Este excerto é de uma entrevista com uma docente e investigadora em EMGF integrada num departamento de uma ciência social há vários anos.

«Dantes havia mais resistência ao meu trabalho [feminista], mas agora as coisas estão a mudar. Agora aos centros interessa-lhes muito que as pessoas produzam e façam coisas inovadoras, com ligações fora da universidade e tudo o mais. E depois as pessoas já nem se questionam muito se és feminista, se não és, desde que produzas e faças coisas, não é? (...) Desde que produzas e continues a produzir, e consigas aumentar a produtividade e a avaliação do teu centro de investigação, lá que area és, já não importa, não há problema seres feminista.»

Com base nesta e noutras entrevistas e também em observações etnográficas, tenho argumentado (Pereira, 2011) que as actuais mudanças dos modelos de avaliação e financiamento da actividade científica estão a produzir transformações nos discursos públicos em Portugal sobre o que constitui conhecimento que merece ser desenvolvido nas universidades. Entre outras mudanças, verifica-se que o crescente reconhecimento de que a investigação (e o activismo) feminista e *queer* podem ser financeira e institucionalmente valiosos – porque podem contribuir para os índices de produtividade e impacto – fazem com as direcções de centros de investigação e departamentos passem a afirmar pública e oficialmente⁵ um maior apoio a essa investigação e activismo do que era habitual há alguns anos. Mas se voltarmos ao excerto de entrevista acima, verificamos que esse apoio é em certa medida condicional: as instituições aceitam investigação crítica “desde que produzas e continues a produzir”. É precisamente esta condição de performatividade que gera um dos principais paradoxos da articulação entre activismo e academia na actualidade: as recentes reestruturações do trabalho científico abrem novas possibilidades de valorização académica da intervenção activista, mas simultaneamente impõem requisitos de produtividade tão elevados que limitam significativamente a capacidade de intervenção das/os investigadoras/es. É sobre esses requisitos, e as impossibilidades que produzem, que me debruço agora.

⁵ Importa salientar, no entanto, que estes discursos públicos de aparente abertura coexistem com formas regulares mas não oficiais de desvalorização do estatuto epistémico do trabalho feminista e *queer*. Essa desvalorização, particularmente frequente nas chamadas conversas de corredores, cria aquilo que uma das minhas entrevistadas apelidou uma “cultura de gozo” em torno do ensino e investigação feminista e *queer* (Pereira, 2011).

3. ACADEMIA E ACTIVISMO: AS IMPOSSIBILIDADES QUE SURGEM

Segundo várias/os autoras/es (Bellacasa, 2002; Gill, 2010) temos vindo a assistir na última década à alteração e degradação das condições de trabalho no ensino e investigação científica na Europa, um processo que reflecte transformações mais vastas na natureza do trabalho nas sociedades contemporâneas. Uma das tendências de mudança é a extensificação (Gill, 2010; Jarvis and Pratt, 2006) e elastização (Lynch, 2010: 57) do tempo e espaço de realização do trabalho científico. Adaptando o conceito de “fábrica sem paredes” de Antonio Negri (1989), Rosalind Gill argumenta que trabalhamos actualmente numa “academia sem paredes” (Gill, 2010: 237). Graças ao acentuado desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, qualquer local e momento pode em princípio servir para realizar actividades académicas. Para além disso, a actual carga de trabalho média nas universidades é de tal forma intensa que só é possível completar todas as funções pedagógicas, de investigação e administrativas trabalhando também de noite, aos fins de semana e feriados, e/ou nas férias (Butterwick and Dawson, 2005).⁶ Dissolvem-se assim as fronteiras entre espaço/tempo de trabalho e espaço/tempo de lazer, e as/os investigadoras/es passam a estar sempre potencialmente “on”, contactáveis e de serviço (Alvanoudi, 2009; Fantone, 2007).

A esta tendência junta-se uma outra: a institucionalização de modelos de avaliação do trabalho científico guiados por, e centrados em, lógicas de *performatividade*, conceito desenvolvido por Stephen Ball para designar “a technology, a culture and a mode of regulation (...) [in which] the performances (of individual subjects or organizations) serve as (...) displays of «quality» (...). As such they stand for, encapsulate or represent the worth, quality or value of an individual or organization” (2003: 216)⁷. Estes regimes de performatividade assentam em dois pilares fundamentais. Um deles é a reconceptualização da actividade académica como trabalho que deve ter como objectivo atingir graus de produtividade o mais elevados possível, e cuja qualidade pode e deve ser avaliada em função do número de produtos produzidos (sejam eles artigos, patentes, ou alunas/os que completam um curso). De forma a poder monitorizar os níveis de produtividade de indivíduos e organizações (e assim proceder à sua recompensa ou sanção pecuniária), é necessário montar e manter estruturas complexas de auditoria (Power, 1999; Shore and Wright, 2000; Strathern, 2000), o segundo pilar de regimes de performatividade. Estas estruturas colocam tecnologias de medição e “ranking” no centro da regulação do trabalho académico. Veja-se, por exemplo, o crescente recurso a avaliações baseadas em índices de citação, factores de impacto e outros indicadores bibliométricos. Estes são sistematicamente apresentados como instrumentos meramente técnicos e portanto objectivos, apesar de serem produzidos com base em critérios parcialmente arbitrários e em

⁶ Gill (2010: 235) chama a atenção para os resultados de um estudo conduzido em 2005 no Reino Unido pelo Trades Union Congress (TUC), que concluiu que académicas/os e professoras/es são o grupo profissional que trabalha o maior número de horas extraordinárias não-pagas.

⁷ Ball (2003) propôs este conceito no contexto de uma análise das actuais transformações dos regimes de trabalho de professoras/es no ensino básico e secundário, mas o termo tem sido também

definições muito particulares do que conta como publicação de qualidade, excluírem um grande número de publicações e formas de citação, e serem computados por grandes empresas em regime de quase monopólio (Erne, 2007). As estruturas de auditoria são elas próprias geradoras de trabalho adicional e frequentemente muito intenso - é exigido, por exemplo, que investigadoras/es, centros e universidades produzam regularmente relatórios, planos e portfólios que descrevam e demonstrem a sua performance. Como testemunha Shauna Butterwick, “the performance dossier I have to prepare every year is (...) incredibly nerve-racking and time-consuming. It’s as if I spend more time preparing the dossier than doing the work that the dossier is supposed to document. Last week I missed an important publication deadline because the dossier deadline came first” (Butterwick and Dawson, 2005: 54).

O facto destas duas tendências de mudança – a extensificação e elastização da actividade académica e a sua reorganização com base de lógicas de performatividade – acontecerem num contexto mais geral de precarização do trabalho (Fantone, 2007) e de cortes no financiamento do ensino superior e investigação científica produz uma combinação explosiva com impactos profundos, e profundamente nocivos, na vida profissional, pessoal e emocional de quem trabalha na academia, particularmente em posições menos estáveis. Com as oportunidades de emprego académico a reduzir e a duração média dos contratos a diminuir, as/os novas/os investigadoras/es passam cada vez mais anos à procura de emprego(s). Com o número de candidatas/os a aumentar e as instituições a preferir contratar quem tem níveis de produtividade mais elevados, torna-se crucial – em alguns casos, uma questão de sobrevivência – produzir continuamente, o mais possível e em qualquer oportunidade. Mesmo quando as tarefas do emprego oficial e pago estão cumpridas, há que continuar a trabalhar para melhorar o CV e assim aumentar as possibilidades de conseguir um outro emprego ou financiamento daqui a alguns meses, quando este contrato precário acabar. Segundo Laura Fantone, “ultimately, (...) a precarious worker loses any capability to distinguish between the labour market [and] self-improvement” (2007: 87).

Isto tem impactos na subjectividade das/os trabalhadoras/es académicos. Ball considera que “[we] become ontologically insecure: unsure whether we are doing enough, doing the right thing, doing as much as others, or as well as others, constantly looking to improve, to be better, to be excellent” (2003: 220). É instrutivo analisar estes processos e efeitos tomando como ponto de partida a conceptualização de Michel Foucault (1980) de regimes de poder que funcionam não por proibição, mas por normalização, auto-regulação e auto-disciplina. Mesmo quando a instituição não exige trabalho fora de horas, organizamos a nossa vida e disciplinamo-nos a nós próprias/os de forma a maximizar as nossas condições de performatividade e níveis de produtividade. Como explica Valerie Hey, “[w]e hope that if only we work harder, produce more, publish more, conference more, achieve more, in short «perform more», that we will eventually get «there»” (Hey, 2001: 80). Internalizamos e incorporamos a

aplicado com resultados muito interessantes em reflexões sobre o trabalho na academia (Butterwick and Dawson, 2005; Lynch, 2010).

monitorização e auditoria do trabalho científico, mas somos mais exigentes e rigorosas/os conosco mesmas/os do que qualquer entidade empregadora. Isso leva Rosalind Gill a afirmar que “academics are, in many ways, model neoliberal subjects, with their endless self-monitoring, flexibility, creativity and internalisation of new forms of auditing and calculating. Neoliberalism found fertile ground in academics whose predispositions to «work hard» and «do well» meshed perfectly with its demands for autonomous, self-motivating, responsabilised subjects” (2010: 241).

Kathleen Lynch (2010) argumenta que estes regimes de trabalho académico pressupõem, e procuram criar, “care-less workers”. Para Lynch, as actuais expectativas de performatividade são de tal forma elevadas que só podem ser cumpridas por trabalhadoras/es que não têm ligações ou responsabilidades que possam vir a constrangir as suas capacidades produtivas, isto é, trabalhadoras/es que não têm de cuidar de outras/os e que muitas vezes nem sequer cuidam de si próprias/os, seja porque há quem - geralmente mulheres - cuide delas/es, ou porque em nome do trabalho abdicam de descanso e outras condições necessárias à manutenção do bem-estar físico e emocional. Lynch analisa principalmente o impacto dos regimes de performatividades nas relações de cuidados familiares, amorosas e de amizade, mas eu sugiro que o seu argumento pode ser alargado também ao activismo, prática que eu entendo como uma forma de *cuidar* das comunidades locais e globais em que estamos inseridas/os. Quando trabalhamos num contexto de performatividade e precariedade, numa “academia sem paredes” em que é possível, suposto e necessário produzir sempre e em qualquer momento, que espaço, tempo e energia resta para cuidar das nossas comunidades, para intervir nelas e as transformar, para fazer activismo? A intensificação, extensificação e elastização da actividade académica faz gradualmente desaparecer as fronteiras em torno dela, e esta expande, alastra e infiltra-se. As instituições podem não colocar obstáculos ao envolvimento em activismo fora do trabalho, e até acolhê-lo com entusiasmo em nome do “impacto” e “extensão”, mas quando deixa de existir claramente tempo e espaço “fora” do trabalho pode tornar-se mais difícil salvaguardar, e pôr em acção, os nossos desejos e deveres de cuidar das comunidades e das/os outras/os, precisamente numa altura em que esse cuidar é urgente e indispensável.

4. AS (IM)POSSIBILIDADES DA “ADAPTAÇÃO” INDIVIDUAL

Que fazer, então, face a este cenário? Para muitas/os de nós, a reacção mais imediata é conceptualizar estas impossibilidades como um falhanço pessoal (“Teria conseguido fazer mais activismo se tivesse sido mais eficiente, acordado mais cedo, organizado melhor o meu tempo,... As/os outras/os parecem conseguir conciliar academia e activismo, portanto se eu não consigo a culpa é minha!”) e procurar soluções individuais de alteração de práticas profissionais e estilo de vida. Mudar os nossos hábitos de trabalho – especialmente no sentido de criar fronteiras que ajudem a limitar o espaço e tempo que dedicamos à produção

académica – pode ser útil, mas é absolutamente fundamental resistir a esta tendência de individualização do problema e da nossa resposta a ele. Bellacasa explica que “[t]oday’s [working] conditions [in academia] are naturalised, reified: it is *reality*, we have to adapt to it (and) (...) survival depends on individual adaptability” (2002: 98, itálico no original). Ao encarar o problema como uma limitação e desafio individual, internalizamos e reproduzimos esta lógica de normalização da intensificação e extensificação do trabalho académico. Para nos *adaptarmos* a essas mudanças, trabalhamos sobre o “self” e apertamos a auto-regulação e auto-disciplina: ajustamos comportamentos e horários, investimos no “multi-tasking”, lemos livros ou fazemos cursos (muitas vezes oferecidos pelas nossas próprias universidades) sobre como gerir o tempo, lidar com a caixa de email que transborda, ou fazer “speed reading” (Gill, 2010). Mas por mais rápido que sejamos capazes de ler ou por mais tarefas que consigamos fazer simultaneamente, não conseguiremos resolver este gravíssimo problema – a impossibilidade de cuidar bem da comunidade, das/os outras/os e de nós próprias/os no actual regime de performatividade – apenas com truques individuais; é preciso uma acção colectiva de resistência.

Como afirma Bellacasa, “[t]he present world is challenging indeed, [but there are other answers to challenges than *adaptation* to current practices and discourses” (2002: 106, itálico no original; ver também Davis, 2011). Por isso, há que dedicar menos energia a *adaptar* e *melhorar* as nossas rotinas de trabalho, e mais a desenvolver esforços colectivos de *transformação* das condições em que o trabalho é feito e avaliado, dentro e fora da academia. Há que gastar menos energia a tentar não desperdiçar tempo e a garantir que todos os momentos do dia são produtivos (como se propunha recentemente uma colega), e mais a criar estratégias colectivas para *resistir* à compulsão de produzir e *exigir* o direito a parar e a não performar (como propunha o grupo de trabalho “Arte e Cultura”, na Assembleia Popular da Acampada do Rossio de dia 27 de Maio de 2011). Estamos muito cansadas/os, absurdamente sobrecarregadas/os e com demasiadas tarefas em atraso, mas mergulhar ainda mais no trabalho académico não pode ser a resposta. Esta é a altura para a reflexão, protesto e acção em conjunto. Este é o tempo para o aprofundamento de sinergias entre o movimento feminista e LGBT e a luta contra os actuais regimes de austeridade, precariedade e performatividade. Este é o momento para o activismo.

REFERÊNCIAS

- Alvanoudi, Angeliki (2009). “Teaching Gender in the Neoliberal University” in D. Gronold, B. Hipfl e L. Lund Pedersen (eds.), *Teaching with the Third Wave: New Feminists’ Explorations of Teaching and Institutional Contexts*. Utrecht: Athena.
- Atwood, Rebecca (2010). “Impact’s Impact Could be the Stifling of New Ideas”. *The Times Higher Education Supplement*, 6 de Maio. Disponível em <http://www.timeshighereducation.co.uk/story.asp?storycode=411487>, consultado a 13 de Maio de 2011.

- Ball, Stephen J. (2003). "The Teacher's Soul and the Terrors of Performativity". *Journal of Educational Policy*, 18 (2), 215 - 228.
- Bellacasa, María Puig de la (2001). "Beyond Nostalgia and Celebration: Contexts for Academic Women's Studies in Contemporary Universities" in N. Lykke, C. Michel e M. P. d. I. Bellacasa (eds.), *Women's Studies - From Institutional Innovations to New Job Qualifications*. ATHENA: University of Southern Denmark. Disponível em http://www.let.uu.nl/womens_studies/athena/outcomes.html, consultado a 7 de Maio de 2011.
- Bellacasa, María Puig de la (2002). "Flexible Girls: A Position Paper on Feminist Generational Politics" in L. Passerini e D. Lyon (eds.), *Gender Studies in Europe*. Florence: European Institute.
- Butterwick, Shauna e Dawson, Jane (2005). "Undone Business: Examining the Production of Academic Labour". *Women's Studies International Forum*, 28 (1), 51– 65.
- Cabrito, Belmiro Gil (2004). "O Financiamento do Ensino Superior em Portugal: Entre o Estado e o Mercado". *Educação & Sociedade*, 25 (88), 977 - 996.
- Davis, Kathy (2011). "«I'm Just a Girl Who Can't Say No»: Some Reflections on Responsibility and Resistance". *European Journal of Women's Studies*, 18 (2), 115 - 117.
- Dean, Jonathan (2010). *Rethinking Contemporary Feminist Politics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Erne, Roland (2007). "On the Use and Abuse of Bibliometric Performance Indicators: a Critique of Hix's «Global Ranking of Political Science Departments»". *European Political Science*, 6 (3), 306 – 314.
- Fantone, Laura (2007). "Precarious Changes: Gender and Generational Politics in Contemporary". *Feminist Review*, 87, 5 - 20.
- Foucault, Michel (1980). *Power-Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972 - 1977*. Brighton: Harvester Press.
- Gill, Rosalind (2010). "Breaking the Silence: the Hidden Injuries of the Neoliberal University" in R. Ryan-Flood e R. Gill (eds.), *Secrecy and Silence in the Research Process: Feminist Reflections*. Abingdon: Routledge.
- Graça, Vasco (2009). "Sobre o Financiamento da Educação: Condicionantes Globais e Realidades Nacionais". *Revista Lusófona de Educação*, 13, 49 - 80.
- Hey, Valerie (2001). "The Construction of Academic Time: Sub-contracting Academic Labour in Research". *Journal of Educational Policy*, 16 (1), 67 – 84.
- Jarvis, Helen e Pratt, Andy C. (2006). "Bringing it All Back Home: the Extensification and «Overflowing» of Work: the Case of San Francisco's New Media Households". *Geoforum*, 37 (3), 331 - 339.
- Knopp, Lawrence (1999). "Out in Academia: The Queer Politics of One Geographer's Sexualisation". *Journal of Geography in Higher Education*, 23 (1), 116 - 123.
- Lynch, Kathleen (2010). "Carelessness: a Hidden Doxa of Higher Education". *Arts and Humanities in Higher Education*, 9 (1), 54 -67.
- McKibbin, Ross (2010). "Good for Business". *London Review of Books*, 32 (4), 9 - 10.
- Morley, Louise (1998). *Organising Feminisms: the Micropolitics of the Academy*. New York: St. Martin's Press.
- Negri, Antonio (1989). *The Politics of Subversion: A Manifesto for the 21st Century* Cambridge: Polity Press.
- Park, Chris (2005). "New Variant PhD: The Changing Nature of the Doctorate in the UK". *Journal of Higher Education Policy and Management*, 27 (2), 189 – 207.
- Pereira, Maria do Mar (2011). *Pushing the Boundaries of Knowledge: An Ethnography of Negotiations of the Epistemic Status of Women's, Gender, Feminist Studies in Portugal*. Tese de Doutoramento, London School of Economics and Political Science.

- Power, Michael (1999). *The Audit Society: Rituals of Verification*. Oxford: Oxford University Press.
- REF (2011). *Decisions on Assessing Research Impact*. London: REF. Acessível em www.ref.ac.uk, consultado a 1 Junho de 2011.
- Santos, Ana Cristina (2006). "Entre a Academia e o Activismo: Sociologia, Estudos *Queer* e Movimento LGBT em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 91 - 18.
- Santos Pereira, Tiago (2004). "Processos de Governação da Ciência: O Debate em Torno do Modelo de Financiamento das Unidades de Investigação em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 5 - 32.
- Shore, Cris e Wright, Susan (2000). "Coercive Accountability: the Rise of Audit Culture in Higher Education" in M. Strathern (ed.), *Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy*. London: Routledge.
- Stanley, Liz (ed.) (1997). *Knowing Feminisms: On Academic Borders, Territories and Tribes*. London: Sage.
- Strathern, Marilyn (2000). "New Accountabilities: Anthropological Studies in Audit, Ethics and the Academy" in M. Strathern (ed.), *Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy*. London: Routledge.
- Walsh, Val (1995). "Transgression and the Academy: Feminists and Institutionalization" in L. Morley e V. Walsh (eds.), *Feminist Academics: Creative Agents for Change*. London: Taylor & Francis.